

RELATÓRIO DA

LINHA DO TEMPO

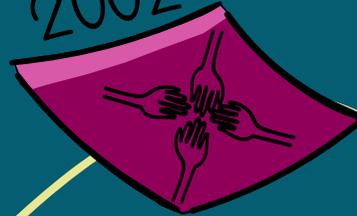
1967



1986



2002



2018



2020



Editores

Alexandra Sabo, Vanessa Luna-Celino, Pamela Montero-Alvarez, Sinomar Ferreira da Fonseca Junior e Stephen Perz.

Contribuidores

Robert Buschbacher, Angelica Almeyda Zambrano, Andrea Chavez, Carolina de Oliveira Jordão, Felipe Veluk Gutierrez, Gabriel Carrero, Simone Athayde, Bette Loiselle, Martha Rosero-Peña, Marliz Arteaga, Carla Mere Roncal, Leddy Cecilia Sanjinez Lara, Maryi Adriana Serrano Garzón, Ney José Maciel, Karla Sessin Dilascio, Carmen Candelo Reina e organizações colaboradoras do Projeto GIA - Governança e Infraestrutura na Amazônia.

Citação

GIA/TCD - Projeto de Governança e Infraestrutura na Amazônia. Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical. 2020. Relatório infográfico da Linha do Tempo. Universidade da Flórida, Gainesville, FL. 16 p.

Gainesville, Flórida - 2020

Design Gráfico

Coletivo



PASSIFLORA
Socioambiental

INTRODUÇÃO

O Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical da Universidade da Flórida abriga o projeto Governança e Infraestrutura na Amazônia (GIA), que é somente possível com o financiamento da Fundação Gordon e Betty Moore. O GIA trabalha em parceria com organizações de conservação que atuam em diferentes mosaicos de áreas protegidas e terras indígenas na Amazônia que são atingidos por planejamento e investimentos em infraestrutura. Os objetivos do GIA são promover a troca de conhecimentos e informações entre as organizações parceiras e avaliar práticas de conservação, isso no ambiente de uma comunidade de prática e aprendizado (CoP-A) sobre governança de infraestrutura na Amazônia.

Nesse sentido, o GIA tem organizado workshops e outras atividades, em parceria com organizações que atuam com conservação, para sistematizar conhecimento e informações sobre governança e infraestrutura. Uma das atividades realizadas envolveu a criação de linhas do tempo de eventos e processos em cada uma das regiões onde o GIA atua. As linhas do tempo são uma maneira de visualizar o contexto históricos em regiões específicas, além disso a compilação de eventos e processos permite a identificação de sequências de fatos e contingências históricas para entender as mudanças na governança da infraestrutura ao longo do tempo. A construção de linhas do tempo incluindo múltiplas regiões permite comparações de diferentes contextos históricos na região Amazônica.

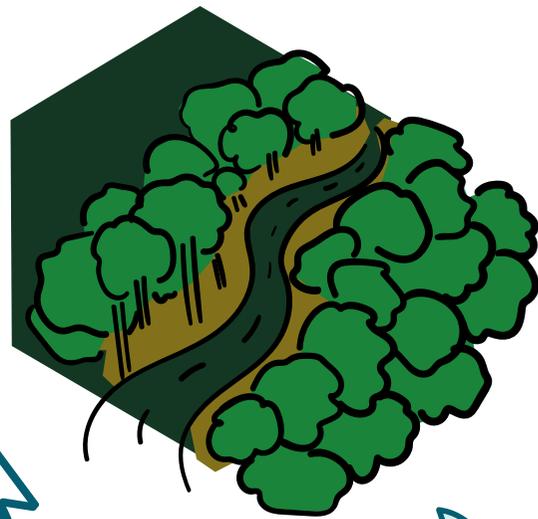
Em 2019, o GIA organizou workshops com parceiros de conservação em cada um dos mosaicos da Amazônia em que atuamos: Loreto (Peru), Alto Madeira (Bolívia-Brasil), Sul do Amazonas e Norte de Rondônia (Brasil) e Amazônia Colombiana (Colômbia). Cada evento incluiu participantes de governos, organizações não governamentais (ONGs), universidades, comunidades e outros atores sociais. Em cada workshop, os participantes construíram coletivamente linhas do tempo de eventos e processos que facilitaram ou impediram a governança da infraestrutura.

A partir das linhas do tempo dos workshops, a equipe do GIA realizou a análise em um formato gráfico e temporal comum. As linhas do tempo analíticas concentraram-se no período de 2000 a 2019. Essas linhas do tempo diferenciam eventos e processos que operam em diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional. Também foi adotado um esquema de cores comum para diferenciar os diferentes tipos de eventos e processos, sendo estas políticas públicas, projetos de infraestrutura, impactos de infraestrutura, retrocessos ambientais e ação coletiva.

A equipe também realizou uma análise de elementos interpretativos relacionados a “boa” e “má” governança e às principais lições de cada linha do tempo, além de listar perguntas emergentes que surgiram da análise. Nossa intenção é chamar atenção para padrões e sequências de eventos e processos para, assim, realizar uma discussão interpretativa com organizações parceiras e outras partes interessadas. Portanto, o presente relatório utiliza as linhas do tempo como uma ferramenta para estimular a reflexão e a discussão sobre perspectivas de governança de infraestrutura na Amazônia. As linhas do tempo que relatamos não são histórias completas ou definitivas, mas são seletivas das experiências e prioridades dos participantes dos workshops realizados e das perguntas orientadoras utilizadas pela equipe do GIA. Esperamos que as figuras e narrativas das linhas do tempo provoquem reflexões e discussões adicionais que levem a novas ideias. Esse processo, pode fortalecer o objetivo maior, que o GIA visa contribuir, de melhorar a eficácia das estratégias e práticas de conservação com relação à governança de infraestrutura na Amazônia.

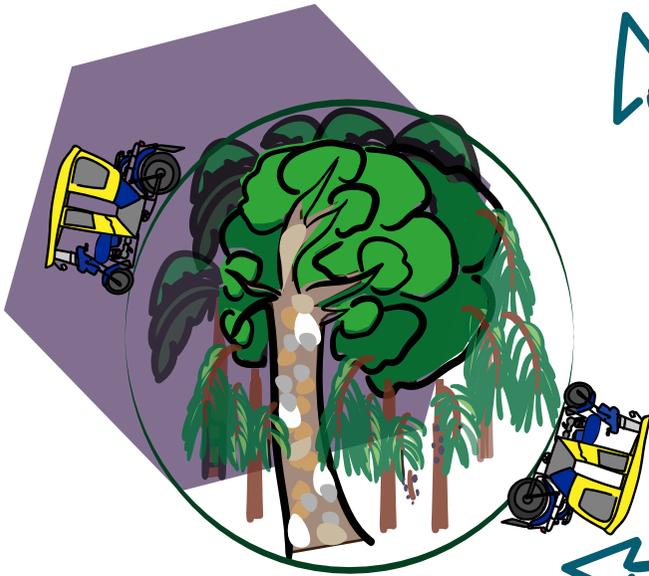
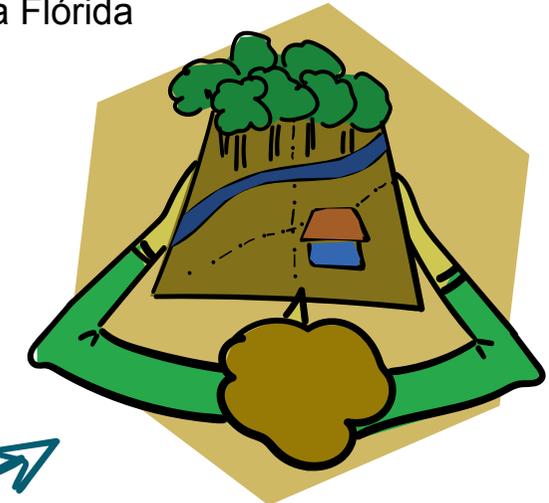
AMAZÔNIA COLOMBIANA (COLÔMBIA)

30 participantes: 10 representantes de governo, 3 de comunidades locais, 10 de ONGs, 1 de uma universidade local e 6 da Universidade de Florida.



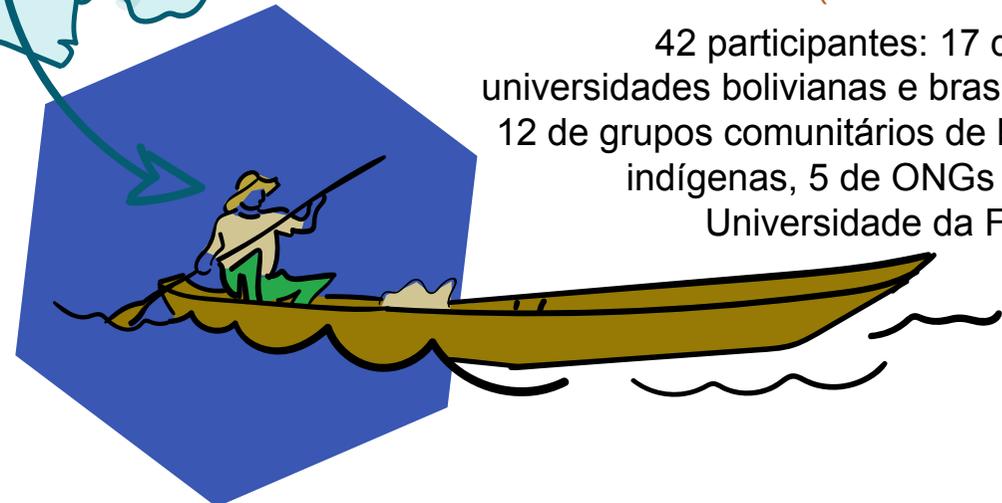
SUL DO AMAZONAS - NORTE DE RONDÔNIA (BRASIL)

35 participantes: 10 de universidade locais, 11 de ONGs, 2 líderes indígenas, 3 líderes de organizações de base, 2 de agências governamentais locais e do estado, e 7 da Universidade da Flórida



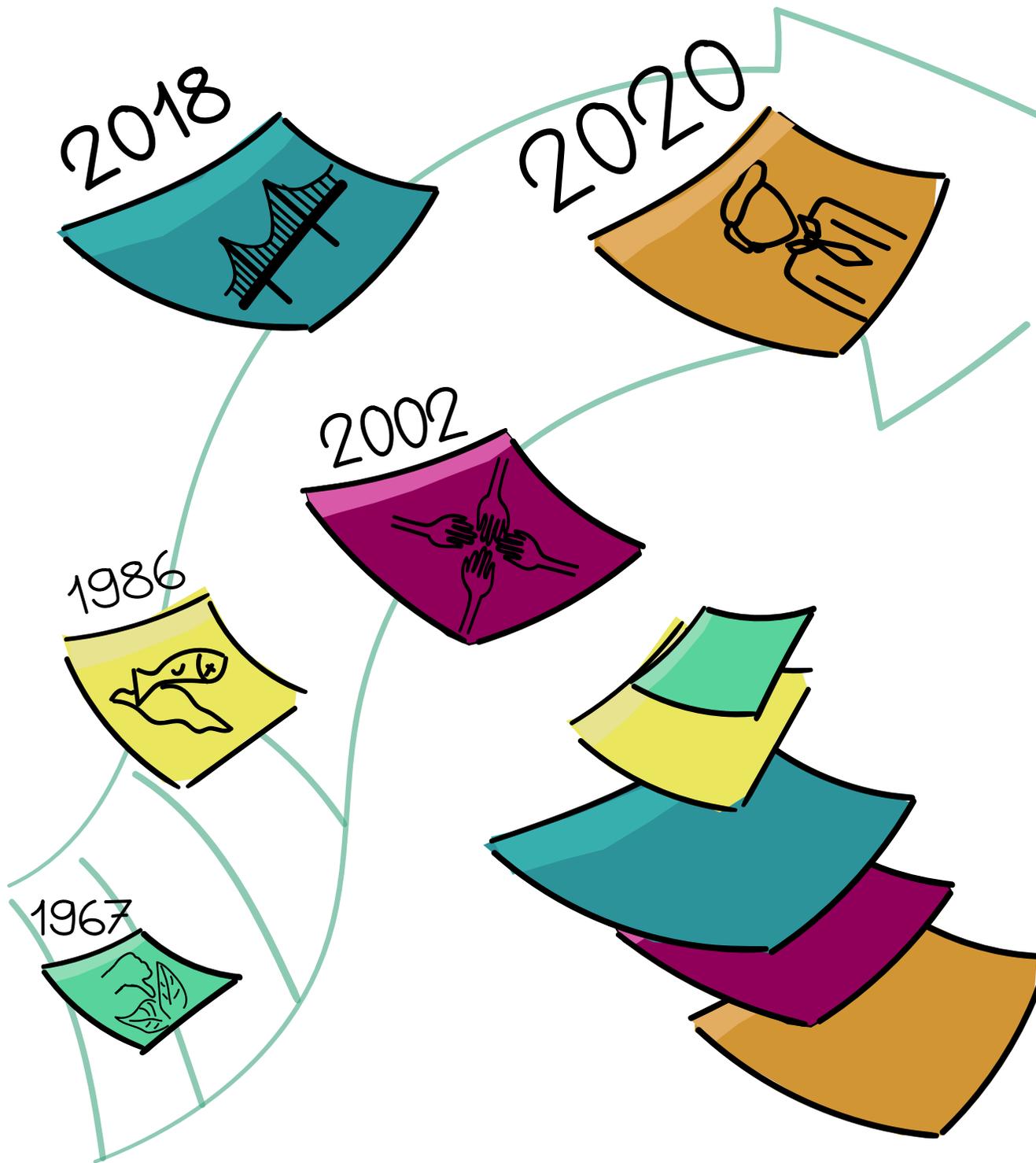
LORETO (PERU)

56 participantes: 17 de diferentes escritórios de governo regional, 3 de universidades locais, 2 de governo nacional, 4 de Comitês de Gestão de Áreas Protegidas, 1 organização indígena, 21 de ONGs e 8 da Universidade da Flórida.



ALTO MADEIRA (BOLÍVIA-BRASIL)

42 participantes: 17 de seis universidades bolivianas e brasileiras, 12 de grupos comunitários de base e indígenas, 5 de ONGs e 8 da Universidade da Flórida.



Como foram construídas as linhas do tempo?

Ocorreu um processo participativo em cada workshop realizado nos mosaicos do GIA. Os participantes indicaram eventos chave relevantes de governança e infraestrutura em notas adesivas que foram colocadas sobre a linha do tempo. Os participantes discutiram os eventos anotados, o que levou a identificação de eventos e processos adicionais. Os detalhes da metodologia variaram moderadamente entre cada workshop. Em alguns casos, os participantes foram divididos em grupos por áreas temática, por exemplo. As linhas do tempo também variaram na sua escala temporal.

O foco temático das linhas das tempo variou conforme a composição dos participantes. Enquanto o workshop no Alto Madeira teve muitos participantes de universidade e comunidades, o na Colômbia teve poucos participantes comunitários e vários representantes do governo.

Portanto, as linhas do tempo pretendem refletir as perspectivas dos participantes, não sendo, assim, histórias definitivas. Todos nós devemos ver as linhas do tempo como documentos vivos sobre os quais os membros da Comunidade de Prática e Aprendizagem (CoP-L) podem comentar e contribuir.

LINHA DO TEMPO

ALTO MADEIRA

 IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul-Americana)

 Início das mudanças em legislações sobre agronegócio

 Manejo florestal madeireiro na Amazônia Boliviana

2000

 Ratificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169

 Decisões de políticas públicas de desenvolvimento regional

2004

 Reunião trinacional (Bolívia, Brasil e Peru) debate legislação sobre desenvolvimento regional

 Reuniões sobre incêndios florestais e elaboração de propostas para órgãos governamentais

 Incêndios florestais na Amazônia Boliviana

2005

 PND 2006-2011 - Plano Nacional de Desenvolvimento (Bolívia)

 Mudanças administrativas no IBAMA (Brasil)

 Diálogo sobre o processo de licenciamento da Hidrelétrica Santo Antônio referente à sua implementação e riscos aos povos indígenas

2007

 Política energética da Bolívia

 Delineamento do Projeto do Complexo Madeira

 Deslocamento de famílias

 Início da construção da SAE (Hidrelétrica Santo Antônio)

2008

Mudanças na legislação ambiental Boliviana

 Política pública: Bolívia como exportadora de eletricidade

 Alteração de Jirau 14 km a jusante, sem novo EIA (estudo de impacto ambiental)

 Início da construção da Hidrelétrica Jirau

2009

 Governo boliviano avança com projeto de estrada através do TIPNIS (Parque Nacional e Território Indígena Isiboro Securé)

 Aliança entre o governo MAS e o agronegócio na Bolívia - Lei para permitir o cultivo de soja transgênica aprovada

 Início do processo de alteração do plano de uso do solo em Pando (Bolívia)

2010

 FOSPA (Foro Social Panamazônico) em Cobija com formação da Aliança dos Rios Pan-Amazônicos para contra barragens

 Exílio e assassinato da liderança de Jacy Paraná

2011

 Política nacional de desincentivo a ONGs na Bolívia

 Novas estradas

 Incêndios florestais aumentam

 Hidrelétricas causam alteração na dinâmica de rios e peixes

2012

 Impactos negativos da usina hidrelétrica, principalmente devido a inundações

 Populações indígenas perdem seus produtos devido a Jirau

2014

 Acordo energético entre Bolívia e Brasil

 PNDES 2015-2099 (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da Bolívia)

 Danificação de monumentos históricos em Cachuella Esperanza devido a inundações

2015

 Carta de intenção e assinatura do contrato entre a ENDE (Companhia Nacional de Eletricidade, Bolívia) e a ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileiras)

 ENDE solicita estudo de identificação e viabilidade do Projeto Hidrelétrico El Bala

 Impactos negativos da mineração e escavação

 Convocatória para o Inventário Hidrológico da Hidrelétrica Binacional

 Acordo entre CAF (Banco Andino de Desenvolvimento) e ENDE (Companhia Nacional de Eletricidade da Bolívia)

2016

 Assassinato de liderança do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)

2017

 Hidrelétricas geram mudanças na biodiversidade

 Inundação no Baixo Madera

2018-19

ESCALAS

-  INTERNACIONAL
-  NACIONAL
-  REGIONAL
-  LOCAL

AÇÕES

-  INFRAESTRUTURA
-  POLÍTICA
-  IMPACTO DE INFRAESTRUTURA
-  AÇÕES COLETIVAS
-  RETROCESSO AMBIENTAL

LINHA DO TEMPO LORETO



Criação do DICREL (Diretoria Executiva de Conservação e Diversidade Biológica)

2007



Criação do MINAM (Ministério do Meio Ambiente)

2008



Acordo de Livre Comércio com os EUA



Protestos indígenas em Bagua, San Martín, Peru

2009



Participação das comunidades na criação de áreas de conservação regionais

Área de Conservação Regional da Comunidade Tamshiyacu Tahuayo



Criação do MINCU (Ministério da Cultura)



Lei de Transparência



Sistema de esgoto de Iquitos cancelado em meio a escândalo de corrupção

2010



Lei Orgânica dos Governos Regionais



Nova lei FFS (Florestas e Fauna Silvestre)



Decreto Supremo que revisou os requisitos de licenciamento para concessões de infraestrutura

Geobosques (Plataforma de Monitoramento de Mudanças na Cobertura Florestal)



Consulta Prévia ACR Maijuna Quichwa

2011

Lei de Consulta Prévia



Consulta Prévia sobre a Hidrovia da Amazônia



Consulta Prévia sobre a Área de Conservação Regional Maijuna Quichwa



GRAAII (Escritório Regional para Assuntos Indígenas)

2012

Mudança na distribuição de receitas da perfuração de petróleo



Autoridade Ambiental Regional de Loreto

GERFOR (Gerenciamento Regional de Desenvolvimento Florestal e Fauna Silvestre)



PDRC-Loreto (Plano de Desenvolvimento Regional Concertado de Loreto)



2015

Zoneamento florestal



Rodovia Jenaro Herrera em construção (36 km)

Decreto Supremo de Projetos de Investimento



Lei de Desenvolvimento da Amazônia

2017



Planos de Vida (Manejo Territorial Indígena) aprovados pelo Governo Regional de Loreto

2018



PERTUR (Plano Estratégico Regional de Turismo)

2019

ESCALAS

-  INTERNACIONAL
-  NACIONAL
-  REGIONAL
-  LOCAL

AÇÕES



LINHA DO TEMPO

SUL DO AMAZONAS – NORTE DE RONDÔNIA

Presidentes do Brasil: FHC LULA

2000

- IIRSA (Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional na América do Sul)
- SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

2002

- Decreto Macrozoneamento da Amazônia Legal
- ARPA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia)

2006

- SFB (Serviço Florestal Brasileiro)
- PNAP (Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas)
- Lei de Gestão de Florestas Públicas (11284/06)
- Expansão de assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

2007

- ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) para criação de Unidades de Conservação (UCs) no entorno da BR-319
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)
- Escritório regional Purus / Madeira do Serviço Florestal Brasileiro
- Usinas Hidrelétricas - UHEs Santo Antônio e Jirau

DILMA

2008

- Criação de UCs no entorno da BR-319
- Primeiros contratos de concessão florestal na Flona do Jamari (RO)

2010

- Reestruturação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio)

2011

- Programa Terra Legal
- MAM (Mosaico da Amazônia Meridional)
- Usina Hidrelétrica – UHE Rondon II

2012

- Novo Código Florestal Brasileiro
- PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas)
- ZEE (Zoneamento Ecológico – Econômico) do Rio Purus

2014

- Enchentes no Rio Madeira devido as UHEs de Santo Antônio e Jirau

TEMER

2017

- Ampliação da área do programa Terra Legal

BOLSONARO

2019

- Retrocesso da governança ambiental nacional/regional
- Decreto Federal de extinção de conselhos de UCs e outros
- Transferência de grandes propriedades para o Norte de Rondônia
- Deslocamento da fronteira do desmatamento para áreas devolutas e demarcadas

ESCALAS

- INTERNACIONAL
- NACIONAL
- REGIONAL
- LOCAL

AÇÕES

- INFRAESTRUTURA
- POLÍTICA
- IMPACTOS DE INFRAESTRUTURA
- AÇÃO COLETIVA
- RETROCESSO AMBIENTAL

LINHA DO TEMPO AMAZÔNIA COLOMBIANA

IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sulamericana)

Criação das AATIs (Associações de Autoridades Indígenas Tradicionais)

2000

Criação do PNN (Parque Nacional) Alto Fragua Indi Wasi

2002

TLC (Acordo de Livre Comércio) com os Estados Unidos

2005

Boom do petróleo

2007

Planos de salvaguarda "auto 004"

Criação do PNN (Parque Nacional) Yaicoje Apaporis

2009

Processo de Paz

2012

Decisão governamental sobre a estrada transversal de Macarena

Lei de Infraestrutura

2013

Decreto 1953 sobre o funcionamento dos territórios indígenas

2014

IPCC / COP 21 - Encontro Intergovernamental sobre mudanças climáticas em Paris

Plano diretor de transporte intermodal 2015-2035

Expansão de terras indígenas e parques nacionais

2015

Decreto 1076 sobre o setor do ambiente e desenvolvimento

Conflito socioambiental no bloco San Juan entre a comunidade e a empresa petrolífera

Criação de uma política pública indígena integral em Caquetá

Planos de desenvolvimento com abordagem territorial

2016

Decreto 89: criação do PDET (Programas de Desenvolvimento com Foco Territorial)

Desmobilização das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)

2017

Aprovação do Acordo de Escazú (em favor do meio ambiente e dos direitos humanos)

O julgamento do STC (Supremo Tribunal da Colômbia) 4360-2018 diz que as gerações futuras podem entrar com ações judiciais contra o governo por não agir contra as mudanças climáticas

2018

Parque Nacional Chiribiquete Range designado Patrimônio Mundial

Amazônia como sujeito de direitos

Decreto 632 de áreas não municipais

Pacto Letícia pela Amazônia (acordo de cooperação entre Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname)

2019

ESCALAS

INTERNACIONAL

NACIONAL

REGIONAL

LOCAL

AÇÕES



INFRAESTRUTURA



POLÍTICA



IMPACTO DE INFRAESTRUTURA



AÇÃO COLETIVA

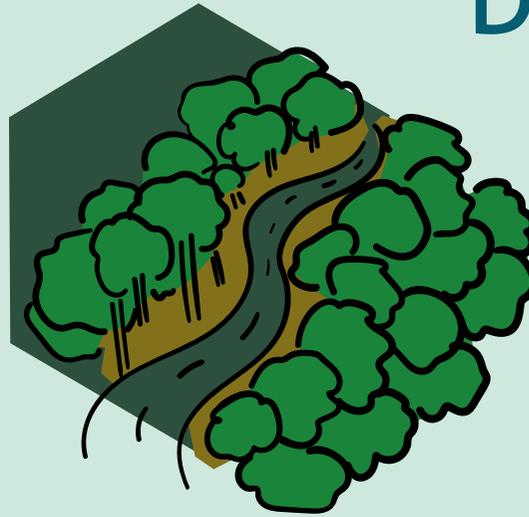


RETROCESSO AMBIENTAL

DESTAQUES DAS LINHAS DO TEMPO

AMAZÔNIA COLOMBIANA (COLÔMBIA)

Os acordos do processo de paz levaram a novas ameaças às florestas e a grupos indígenas nos últimos cinco anos, destacando debates sobre governança da infraestrutura.



LORETO (PERU)

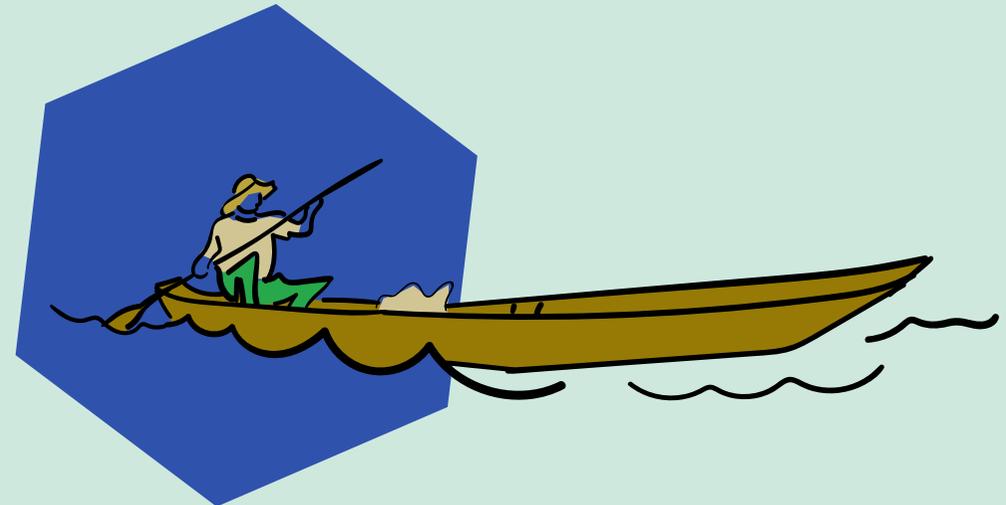
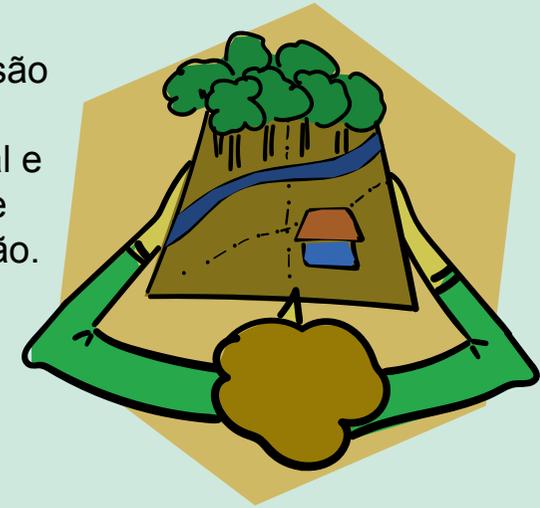
A descentralização e os avanços regionais em governança ambiental (incluindo políticas de consentimento prévio informado), que emergiram em 2007, contribuíram para melhorias na governança, mas, em 2016, estas foram prejudicadas.

ALTO MADEIRA (BOLÍVIA-BRASIL)

A infraestrutura na fronteira binacional exigia acordos de alto nível para o avanço de barragens, mas existe uma falta de governança binacional para a projetos de infraestrutura existentes e planejados. Movimentos de organizações de base, incluindo com colaboração entre as fronteiras, emergiu como uma estratégia para resistir a barragens.

SUL DO AMAZONAS - NORTE DE RONDÔNIA (BRASIL)

As políticas federais são centrais para a governança ambiental e o desenvolvimento de infraestrutura na região.



Análises das linhas do tempo sugeriram alguns temas e fatores comuns que contribuíram para a boa governança na Amazônia:



GESTÃO COLABORATIVA DE RECURSOS NATURAIS

RECONHECIMENTO DE INTERESSES COMUNS



PROCESSOS DESCENTRALIZADOS



AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS DE SUPORTE



BOA GOVERNANÇA



COLABORAÇÃO EM DIFERENTES ESCALAS



GESTÃO COLABORATIVA DE RECURSOS NATURAIS

Atores sociais com acesso a recursos naturais que os manejam sustentável e coletivamente

Atores sociais envolvidos que reconhecem interesses comuns e colaboram ativamente.



RECONHECIMENTO DE INTERESSES COMUNS

O processo de descentralização do nível nacional para o regional pode permitir que governos regionais tenham capacidade para gerir seus territórios de acordo com a realidade de cada região.



PROCESSOS DESCENTRALIZADOS

Agências governamentais que dão suporte, em um ou mais níveis, por serem pró-ativas e colaborarem com diversos atores sociais.



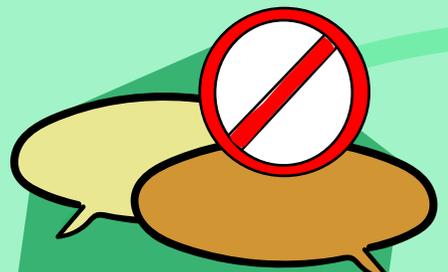
AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS DE SUPORTE

Colaboração em diferentes escalas de governança podem garantir a sustentabilidade a longo prazo de iniciativas de conservação.



COLABORAÇÃO EM DIFERENTES ESCALAS

Fatores que contribuem ou criam condições para uma governança problemática também foram identificados:



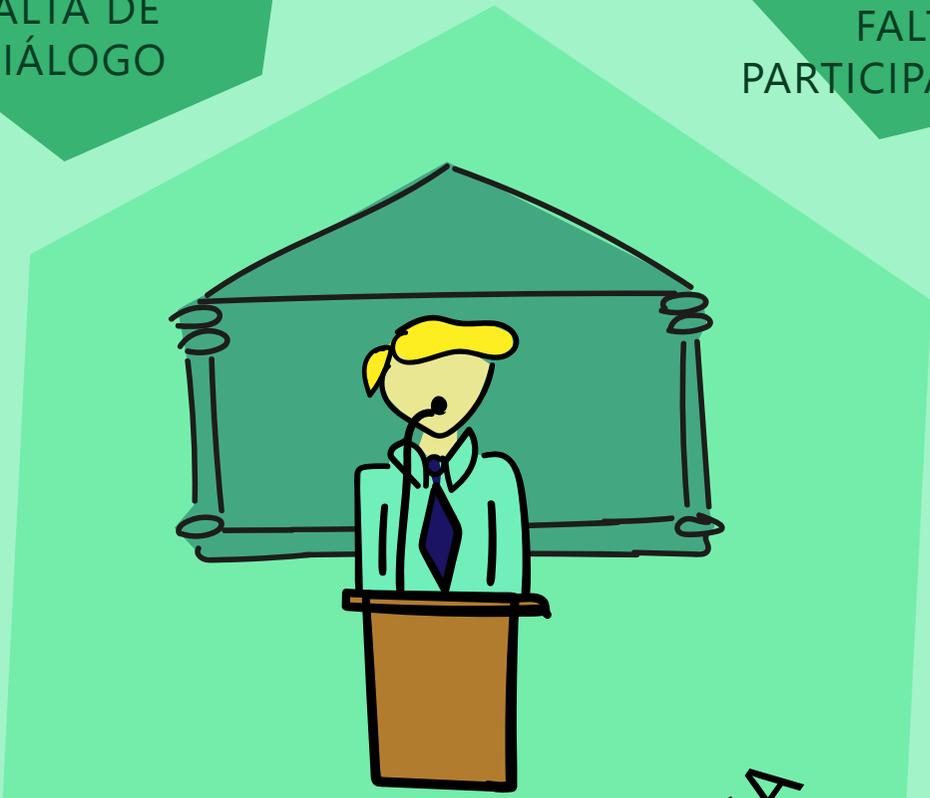
FALTA DE DIÁLOGO



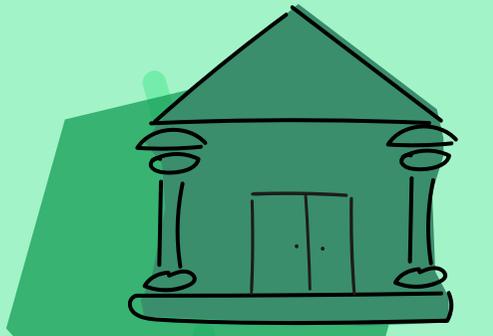
FALTA DE PARTICIPAÇÃO



REAÇÃO BASEADA NO CONTEXTO



MÁ GOVERNANÇA



INCONSISTÊNCIA EM AÇÕES DO GOVERNO CENTRAL



POLÍTICOS NÃO-AMIGÁVEIS AO MEIO AMBIENTE



FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Governantes que impedem o acesso da população aos tomadores de decisão e não consideram o conhecimento local e/ou científico nas tomadas de decisão



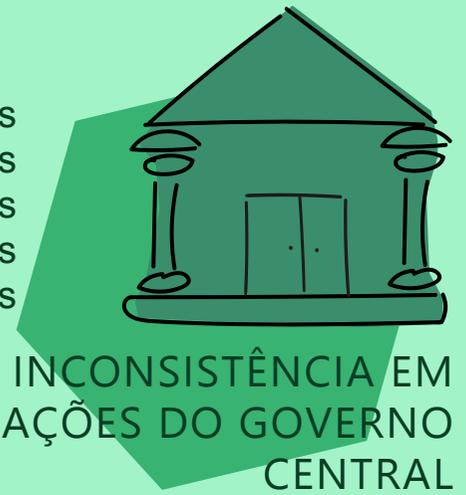
FALTA DE PARTICIPAÇÃO



FALTA DE DIÁLOGO

Falta diálogo efetivo entre os atores sociais que têm diferentes níveis de poder e acesso às tomadas de decisões

Inconsistências nas políticas públicas devidas às mudanças nas lideranças governamentais



INCONSISTÊNCIA EM AÇÕES DO GOVERNO CENTRAL

Organizações de conservação reagem às ameaças advindas do contexto mais do que planejam proativamente



REAÇÃO BASEADA NO CONTEXTO



POLÍTICOS NÃO-AMIGÁVEIS AO MEIO AMBIENTE

As eleições trazem representantes que não simpatizam com as questões ambientais, e que especialmente cortam recursos para a aplicação da lei



FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Falta de transparência em diferentes estágios do processo de planejamento de projetos de infraestrutura



COLABORAÇÃO EM
DIFERENTES
ESCALAS

Colaboração horizontal
e vertical surge como
chave no sucesso da
boa governança

Papel central de
governos nacionais em
apoiar constantemente o
desenvolvimento de
infraestrutura



AGÊNCIAS
GOVERNAMENTAIS
DE SUPORTE



LIÇÕES GERAIS APRENDIDAS



MUDANÇAS DE
LIDERANÇAS NO
GOVERNO
CENTRAL

As condições para que a
governança ambiental mude,
para pior ou melhor com o
tempo, são consequências de
mudanças nas lideranças
governamentais

Interesse em diferentes
recursos naturais mudam
com o tempo, impedindo
uma efetiva governança
ambiental

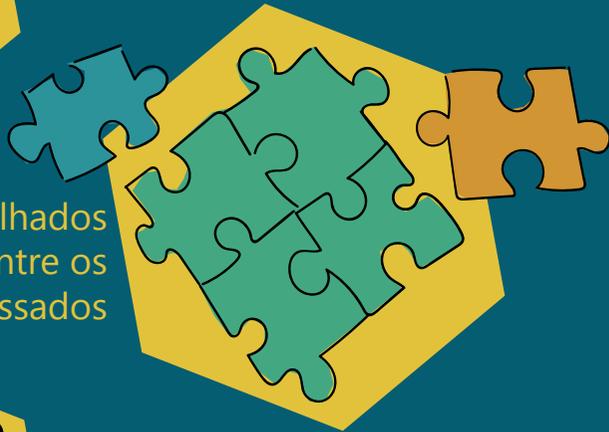


INTERESSE
SOBRE OS
RECURSOS
NATURAIS

Abordagens de baixo para cima são possíveis quando:



Fortalecem as capacidades de participação local na governança que pode mudar a influência e o desequilíbrio de poder



Os interesses compartilhados são identificados entre os diversos atores interessados



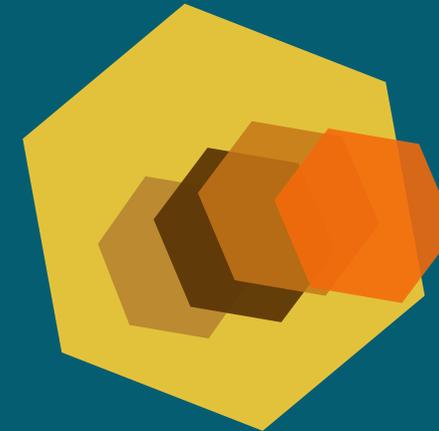
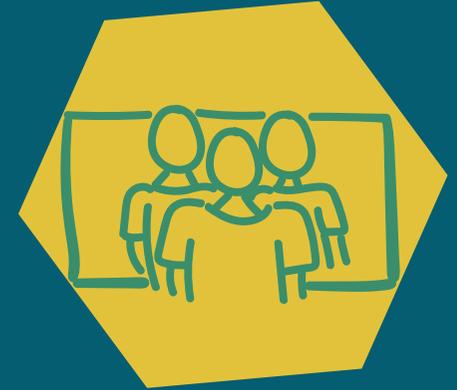
O interesse em dados e propostas de políticas são apoiados por importantes grupos sociais

Governos regionais e locais se mostram bem dispostos a colaborar com outros atores sociais



A vontade política exerce influência significativa nos resultados da governança em termos de:

Definição de cargos e papéis dos recursos humanos



Priorização de projetos

Alocação de fundos



L
I
Ç
Õ
E
S

E
S
P
E
C
Í
F
I
C
A
S

Na Colômbia, propostas recentes de políticas de estado para infraestrutura verde permitirão a conservação e o desenvolvimento no contexto de outras propostas? O mix de políticas nesse país permitirá uma governança de infraestrutura de baixo para cima?

Como as iniciativas e redes de organizações de base podem sustentar suas atividades após eleições que resultam em mudanças na estrutura dos membros de suas organizações?

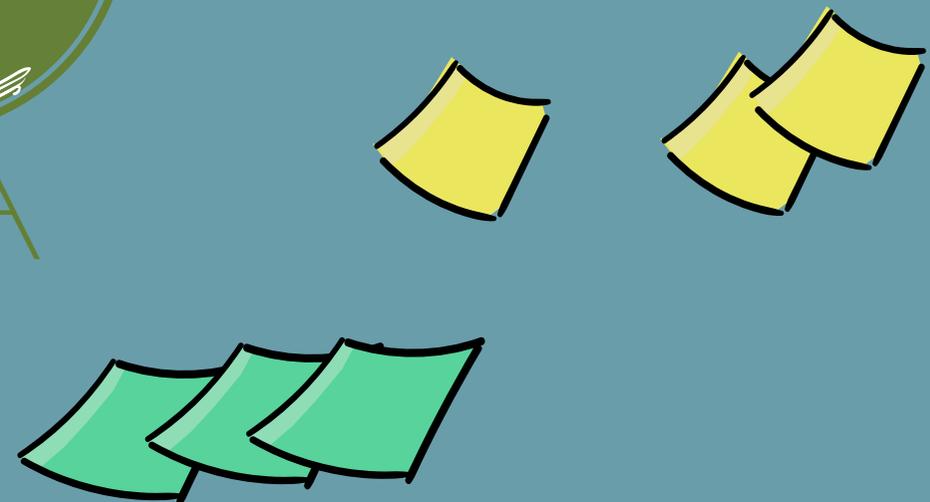
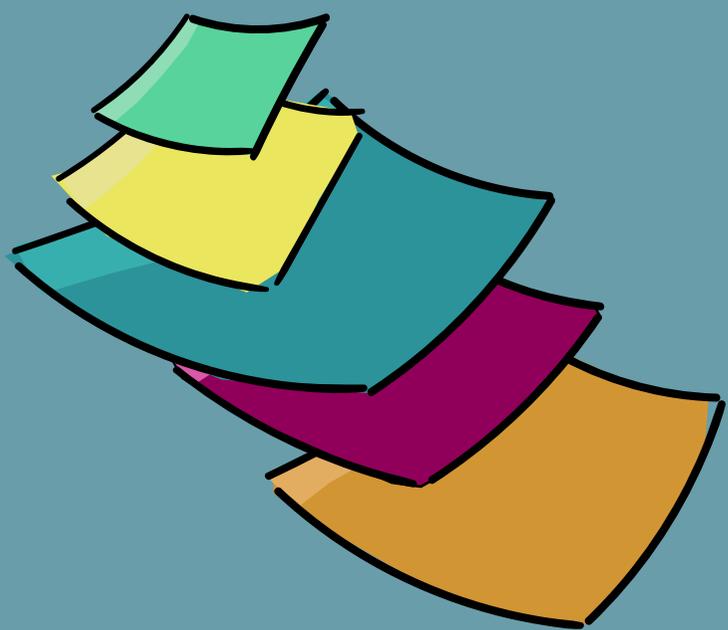
Os impactos da má governança da infraestrutura foram claramente mencionados na Bolívia, mas pouco mencionados no Brasil (onde as hidrelétricas realmente se encontram). Por que isso se deu?

Como os aliados de comunidades impactadas por projetos de infraestrutura podem ajudá-las a navegar as mudanças de mudanças políticas?

Como melhorar a transparência nas iniciativas de planejamento e desenvolvimento, como as relacionadas à governança da terra e energia?

Como atores locais podem ter agência na sua atuação quando os principais fatores de mudança vêm de escalas maiores?

QUESTÕES EMERGENTES



<https://giamazon.org/>

ELABORAÇÃO



PARCEIROS



APOIO

